



## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006

p. 99-102

*Marley Kniphoff*

“Escolas regulares que possuem orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras construindo uma e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo de eficácia de todo o sistema educacional.”  
(Declaração de Salamanca – 1994).

No período colonial, houve certa preocupação com a educação do Portador de Necessidades especiais, quando então em 1600, surge em São Paulo uma instituição especializada na área da deficiência, trabalhando em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia.

Durante o segundo império, o Brasil sofre a influência da Europa e em 1854, cria-se no Estado do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que é hoje o chamado Instituto Benjamim Constant. Logo a seguir, em 1856, é criado também o Instituto dos Surdo-Mudos; atual Instituto Nacional.

A sociedade vem adotando posicionamentos com relação à Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais, não só no âmbito da rede escolar. Após o século XX, ocorreram vários avanços no que se refere à Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais. Avanços estes, alcançados através de muitas lutas de familiares e pessoas com deficiências, engajados num mesmo ideal ao longo da história. Surgem então novas leis, decretos e tratados relacionados a este tema. Foram muitos os momentos em que os Portadores de Necessidades Especiais tiveram que enfrentar e resistir não só a barreiras arquitetônicas, mas também as atitudinais, estas as mais difíceis de serem enfrentadas, pois se manifestam através dos pré-conceitos que os indivíduos fazem dos outros.

Na luta contra tais pré-conceitos surgiram as leis e os decretos.

O Brasil optou pela construção de um sistema educacional inclusivo concordando com a Declaração Mundial de Educação para todos, firmada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990 e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em

Salamanca (Espanha – 1994) na conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais: acesso e qualidade.

A inclusão refere-se a um significado de inserir-se, estar dentro, fazer parte. Em relação aos Portadores de Necessidade Especiais, refere-se a incluí-los, onde os mesmos façam parte do mesmo espaço que crianças chamadas ou qualificadas pelo sistema escolar como normais, pois todos têm o mesmo direito legal perante a lei.

A inclusão escolar é algo que está esquecido. Ainda há muito a se fazer no ambiente escolar para que todos, sem distinção de raça, cor, deficiências ou credos, possam estar inclusos. Observa-se grande necessidade de fazer trabalhos de mudanças iniciando na família, comunidade e no ambiente escolar.

A Educação Inclusiva centra-se na escola com igualdade de direitos para todos, respeitando e valorizando as diversidades.

A escola atual precisa rever conceitos antigos e aboli-los, necessita urgentemente ser modificada, reformulada, tanto em sua estrutura física como no corpo docente e projetos político pedagógicos.

O corpo físico das escolas necessita sofrer reformas e adaptações para assim poder inserir esses alunos.

Todas as adaptações devem ser feitas com a maior naturalidade possível, e com o máximo de boa vontade e hospitalidade. Em nenhuma hipótese deverá a deficiência ser apontada de forma constrangedora ou enfatizada, nem tampouco ser ignorada. Algumas adaptações possíveis são as seguintes:

Para estudantes com impedimentos auditivos, o professor deverá:

- Sentar-se na frente da sala;
- Usar recursos visuais;
- Falar claramente;
- Se o estudante usa a Língua de Sinais, aprender os sinais e estimular os demais estudantes a aprendê-los também.

Para estudantes com distúrbios de comportamento:

- Aplicar técnicas de modificação de comportamento;
- Designar responsabilidades especiais;
- Identificar os pontos fortes deles;
- Quando possível ignorar comportamentos inadequados;
- Focalizar os pontos positivos e elogiá-los;
- Formar grupos de aprendizado cooperativo, com instruções e metas bem claras.

Para estudantes com dificuldades de aprendizagem:

- Permitir o uso de máquina de escrever ou um colega para tomar notas;
- Usar gravador de áudio;
- Dar exames orais;
- Oferecer adaptações que o estudante usa na escola: caneta lumicolor para acompanhar leitura em livros, recursos visuais;
- Acompanhamento individualizado, se não possível na classe, encaminhá-lo para projeto de reforço (recursos ou recuperação paralela).

Para estudantes com impedimentos visuais:

- Sentar-se na frente da sala;
- Repetir conceitos para o estudante gravar e ouvir em casa;
- Usar a dramatização;
- Escrever no quadro negro em letras grandes;
- Se o estudante lê Braille, usar livros disponíveis nesta linguagem, estimular os demais a aprenderem o alfabeto Braille;
- Permitir o uso de máquina Braille ou gravador para gravar as explicações.

O Corpo Docente: No que diz respeito aos profissionais, há grande despreparo. Muitos têm medo da existência da inclusão, pois se sentem despreparados, temerosos por não terem a formação pedagógica necessária para poder atender esses alunos e adaptá-los em salas de aula. Necessitam de cursos de capacitação na área da Educação Especial.

Os Projetos Político Pedagógicos: Tanto quanto o corpo Docente, os Projetos Político Pedagógicos, devem sofrer mudanças. Necessitam de reformulações, pois observa-se que os mesmos não contemplam o tema em questão – Inclusão-. Muitos deles segregam os alunos apenas à Sala de Recursos ou Classes Especiais, levando a uma realidade excludente.

Muitas Classes Especiais estão abarrotadas de crianças especiais, que não usufruem do seu direito de estarem incluídas em salas regulares de ensino.

Membros do corpo docente e comunitários, líderes sociais e escola devem procurar juntos e unidos buscar a reformulação dos planos políticos na parte interna da escola. Devem ser definidas e colocadas em prática ações dos membros que formam a equipe pedagógica na rede escolar de ensino regular, preparando-os e capacitando-os para bem receber estes alunos, a fim de que os mesmos possam ser membros ativos e participantes de classes regulares.

Raramente os pais dos portadores de necessidades especiais podiam participar de reuniões e planejamentos de conselhos de classe, de tomada de decisões acerca da vida de seus filhos. Fechavam-se as portas, encerravam-se entre quatro paredes e decidiam por um grande grupo, decisões essas que teriam de ser tomadas e que devem ser tomadas em conjunto. Todos - pais, alunos, professores e grupo de apoio, membros participantes e ativos na comunidade - em ambientes democráticos, devem participar deste processo de reformulações.

Para concluir, é na escola da rede regular de ensino, que serão combatidas atitudes discriminatórias existentes na sociedade. Ela é o meio para abolir essas ações preconceituosas da sociedade. A melhor maneira para se conseguir a inclusão do Portador de Necessidades Especiais, é seguindo trabalho fecundo de combate a exclusão dos mesmos, o qual deverá iniciar-se pela escola para então atingir a sociedade como um todo.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** - LDB 9394. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 20/12/1996.

BRASIL/MAS/CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos políticos e Educação: A extrema-esquerda e a concepção de partido como a gente educativo**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

ROSA, E. Rodrigues. **A Educação da Pessoa Cega ou com Visão Reduzida: Análise de Alguns Elementos**. Mon. UNIOESTE, 2004.

ROSA Enio Rodrigues da, ANDRE Maria Filomena Cardoso, CABRAL Nelson. **Pessoa com deficiência reformulando conceitos e valores**. Cascavel, Governo Municipal, 2003.

SILVA, O. M. **A Época Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo; Caderno Cedes, 1986.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Pedagoga com Habilitação em Educação Especial e Pós-Graduada em Gestão Escolar Democrática. Docente da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - PR.